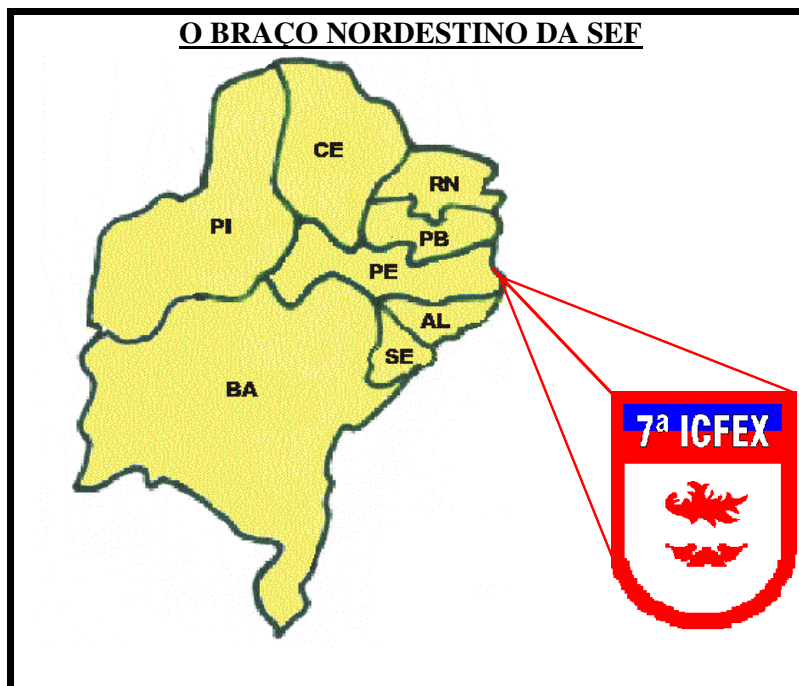




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 01
(30 DE JANEIRO DE 2009)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro da Conformidade Contábil Mensal – Dezembro/2008	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. Regulares	2
b. Irregulares	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. Execução Orçamentária	3
b. Execução Financeira	3
- CNPJ – Alteração de Responsável	4
c. Execução Contábil	4
1) Contas Contábeis	4
- Bens e Materiais em Trânsito	4
2) Patrimônio	5
3) Custos	5
d. Execução de Licitações e Contratos	5
1) Determinação do Tribunal de Contas da União (TCU)	5
2) Acórdão 1.827/2008 e 1.828 (Sessão Ordinária Plenário, de 27/08/08)	6
3) Acórdãos TCU 1276/2008 e 1688/2008 – Suprimento de Fundos	7
4) Consulta Contrato Não-SISG no acesso livre do COMPRASNET	7
5) Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU)	8
6) Alteração na Portaria Nº 17-SEF, de 25 Out 06	9
e. Pessoal	9
1) Solicitação de Fichas Financeiras	9
2) Exame de Pagamento de Pessoal	10
3) Pagamento de Ajuda de Custos, Indz Trnp, Diárias e Passagem	11
f. Controle Interno	11
1) Recursos – Gestão Deficiente pelo OD - Procedimento	11
2) Aquisição de Viaturas Administrativas – Transcrição	12
3) CNPJ – Alteração de Responsáveis	13
4) Recursos Recebidos para Pagamento de Alvará Judicial	13
g. Visita de Auditoria	14
h. Convênios	14
2. Recomendações sobre Prazos	14
- Nada a considerar	14
3. Soluções de Consultas	14
a. Adicional de Habilitação, desconto do FuSEx e Pensão Militar, de militares do EST	14
b. Responsabilidade previdenciária solidária	14
c. Indenização de Transporte	14
d. Desconto de Pensão de Alimentícia	14
e. Diária de asilado	15
f. Pensão militar a menor sob guarda	15
h. Descentralização de recursos para segurança da obra relativa a integração do rio São Francisco	15
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	15
a. Legislação e Atos Normativos	15
b. Orientações	15
- Preenchimento do Campo Numérico Original CV/CR/TP	15
- Controle Patrimonial	16
- CPGF – Orientações Complementares	17
- CPFG – Liquidação de Despesas-Sistemáticas Saque/Fatura	18
- Operacionalização SICONV	19
- Cartão de Pagamento do Governo Federal – (CPGF)	20
- Simpósio de Administração da UG 2009	20
- Julgados e Normas do TCU de maior interesse para as UG, publicados em Dez 2008	20
- Mensagens Expedidas	21
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
Informações do tipo “Você sabia ...?”	21
Preceitos para os Agentes da Administração – Transcrição	24



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “DEZEMBRO/2008”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **DEZEMBRO/2008**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

O Tribunal de Contas da União julgou como **REGULAR E SEM RESTRIÇÃO** as contas referentes aos exercícios a seguir, dando **quitação plena** aos responsáveis pelas UG, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

[illegible]

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificação de Rotina de Trabalho

a. Execução Orçamentária

- Nada a considerar

b. Execução Financeira

- CNPJ – Alteração de Responsável

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/1492296, de 18/12/08, do DGO

DO: SUBDIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

AO: SR ORDENADOR DE DESPESAS

MSG Nº 095 - SSEÇ PLJ COOR/SGS/DGO, DE 18 DEZ 08.

1. ESTA DIRETORIA INFORMA QUE TORNA -SE IMPERIOSA A MUDANÇA DO NOME DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ INSCRITO NA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, QUANDO DA PASSAGEM DE COMANDO NAS UG/OM DO COMANDO DO EXÉRCITO, QUE POSSUEM CNPJ PRÓPRIO (MATRIZ E FILIAL).

2. A REFERIDA MUDANÇA DEVERÁ OBEDECER AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES:

A) A MUDANÇA DO RESPONSÁVEL DEVERÁ OCORRER EM QUALQUER UG/OM, SE JÁ DE COMANDO DE GENERAL OU NÃO.

B) A UNIDADE DEVERÁ ACESSAR O SÍTIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL WWW.RECEITA.FAZENDA.GOV.BR E FAZER O DOWNLOAD DO PROGRAMA "CNPJ".

C) DEPOIS DE INSTALADO O PROGRAMA CNPJ, CLICAR NO ÍCONE "NOVO" E NA OPÇÃO "PESSOA JURÍDICA E DEMAIS ENTIDADES".

D) CLICAR NA OPÇÃO "ALTERAÇÃO O CADASTRAL".

E) PREENCHER OS CAMPOS "CNPJ, UF E MUNICÍPIO".

F) NA TELA SEGUINTE SELECIONAR O CÓDIGO 202 "ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL". NO CAMPO "DATA DO EVENTO", DEVERÁ SER PREENCHIDA PREFERENCIALMENTE A DATA EM QUE FOI PUBLICADA A MUDANÇA DO COMANDO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) OU EM BOLETIM DO EXÉRCITO (EM ALGUNS ESTADOS A RFB PODERÁ RECUSAR O BOLETIM DO EXÉRCITO COMO ATO CONSTITUTIVO, EXIGINDO QUE A MUDANÇA DE COMANDO SEJA PUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL).

G) NA ABA DE IDENTIFICAÇÃO PREENCHA OS CAMPOS NOME EMPRESARIAL, QUE É O NOME DA OM E O CAMPO CÓDIGO DA NATUREZA, QUE SEMPRE SERÁ O 101 -5 (ÓRGÃO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL)

H) NA ABA REPRESENTANTE/PREPOSTO PREENCHA OS CAMPOS NOME DO REPRESENTANTE, QUE É A PESSOA FÍSICA DA OM CADASTRADA NA RECEITA FEDERAL E, QUALIFICAÇÃO, COLOQUE O CÓDIGO 5- ADMINISTRADOR.

I) APÓS O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS ACIMA, GRAVE E ENVIE VIA RECEITA NET.

J) ACOMPANHE PELO SITE DA RECEITA FEDERAL - WWW.RECEITA.FAZENDA.GOV.BR NA ABA CONSULTAS - SITUAÇÃO DO PEDIDO - SE JÁ FOI GERADO O DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA - DBE.

L) DE POSSE DO DBE, COLHA A ASSINATURA DO REPRESENTANTE, JUNTE A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA IN RFB Nº 748 E ENTREGUE NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL MENCIONADA NA MESMA TELA DE VERIFICAÇÃO DO DBE NO SITE DA RECEITA FEDERAL.

3. INFORMO-VOS, AINDA, QUE A REFERIDA ORIENTAÇÃO CONSTARÁ DO CAPÍTULO VIII - ANEXOS, DA ORIENTAÇÃO DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O EMPREGO DOS RECURSOS DA AÇÃO 2000 DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO.

BRASÍLIA-DF, 18 DEZ 2008.

LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO - CEL
SUBDIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Execução Contábil

1) Contas contábeis

- Bens e Materiais em Trânsito

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/1289012, de 07/11/08, da D CONT

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE
AO: SR CHEFE DA 3ª ICFEX
REF: MSG 2008/1119245, DE 01 OUT 08, DESSA INSPETORIA

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM DE DIRIMIR DÚVIDAS QUANTO A RECEBIMENTO DE BENS MATERIAS EM TRÂNSITO, DISTRIBUÍDOS PELOS ÓRGÃOS PROVEDORES, QUANDO A QUANTIDADE CONSTANTE DO DOCUMENTO DE REMESSA É MAIOR DO QUE A FISICAMENTE RECEBIDA.

2. EM ATENÇÃO A MENSAGEM DA REFERÊNCIA, INFORMO A ESSA CHEFIA QUE ESTA DIRETORIA, APÓS ENTENDIMENTO COM A ASSE 2/SEF, ORIENTA O QUE SE SEGUE:

A. A UG DEVE RECEBER O MATERIAL DE ACORDO COM A NOTA FISCAL, FATURA, GUIA DE REMESSA, TERMO DE CESSÃO /DOAÇÃO, OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, POIS, CONFORME DEFINE A IN 205, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE 08 ABR 88, - RECEBIMENTO É O ATO PELO QUAL O MATERIAL ENCOMENDADO É ENTREGUE AO ÓRGÃO PÚBLICO NO LOCAL PREVIAMENTE DESIGNADO, NÃO IMPLICANDO EM ACEITAÇÃO-.

B. QUANDO HOUVER FALTA DE MATERIAL, A UG DEVERÁ TOMAR AS PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NOS ART 70 E 71 DO REGULAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO (RAE).

C. A INCLUSÃO NO PATRIMÔNIO DA UG, OU SEJA A ACEITAÇÃO, SERÁ REALIZADA EM CONFORMIDADE COM ART 75 DO RAE, INCLUINDO SOMENTE O MATERIAL REALMENTE RECEBIDO E NÃO MAIS O PREVISTO NO DOCUMENTO DE REMESSA.

D. O RECEBIMENTO PARCIAL DOS MATERIAIS EM TRÂNSITO DAS CONTAS CONTÁBEIS 11.333.01.01 (02) E 19.991.01.01 (02) EVIDENCIA A NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE PELA D CONT, BEM COMO FACILITA AOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO REGISTRAR OS ATOS DE GESTÃO PATRIMONIAL COM A REALIDADE DOS FATOS ADMINISTRATIVOS OCORRIDOS.

3. A ICFEX DEVE DIVULGAR O TEOR DESTA MSG EM BOLETIM INFORMATIVO.

BRASILIA-DF, 07 DE NOVEMBRO DE 2008.
GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

- 2) Patrimônio
- Nada a considerar

- 3) Custos
- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

1) Determinação do Tribunal de Contas da União (TCU)

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

(MSG SIAFI 2008/1444547, de 10/1208, da SEF)

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. POR SOLICITAÇÃO DA DIRETORIA DE AUDITORIA, ESTA SECRETARIA RESOLVE DIFUNDIR AS UNIDADES GESTORAS (UG) DO COMANDO DO EXÉRCITO AS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 2444 - PLENÁRIO, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008, NA FORMA QUE SE SEGUE:

A. NAS FUTURAS LICITAÇÕES PARA REGISTRO DE PREÇOS, ATENHA-SE ESTRITAMENTE AOS TERMOS DO ART. 4º DO DECRETO 3.931/2001 E DO ART. 15, § 3º, INCISO III, DA LEI 8.666/1993, AO ESTABELECER O PRAZO DE VIGÊNCIA DA RESPECTIVA ATA, CUIDANDO PARA QUE NÃO HAJA CONFUSÕES COMO AS EVIDENCIADAS NO PREGÃO ELETRÔNICO 9/2008 (SRP);

B. FAÇA CONSTAR DOS FUTUROS PROCESSOS LICITATÓRIOS O ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS QUE EXPRESSEM A COMPOSIÇÃO DE TODOS OS SEUS CUSTOS UNITÁRIOS, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO AO ART. 7º, § 2º, INCISO II, DA LEI 8.666/1993; E

C. RECOMENDAR À UNIDADE GESTORA QUE REGISTRE EXPRESSAMENTE NO AVISO DE LICITAÇÃO A FORMA DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO, A FIM DE PREVENIR A REINCIDÊNCIA NA MÁ INTERPRETAÇÃO QUANTO À ADJUDICAÇÃO EM LOTES OU EM ITEM ÚNICO.

2. CONSIDERANDO TRATAR-SE DE JURISPRUDÊNCIAS DO TCU NA APRECIÇÃO DE CASOS OCORRIDOS NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE, ESTA SECRETARIA RECOMENDA AOS OD A FIEL OBSERVÂNCIA DAS DETERMINAÇÕES ACIMA TRANSCRITAS.

BRASILIA - DF, 10 DE DEZEMBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS
"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES
O CAMINHO DO DEVER"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Acórdão 1.827/2008 E 1.828 (Sessão Ordinária do Plenário de 27/Ago/2008)

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAG abaixo:

MSG SIAG 050661, de 03/12/2008 - EMISSORA: 200999

DA: DLGS/SLTI - MP

SENHORES DIRIGENTES,

RETRANSMITIMOS OS ENTENDIMENTOS FIRMADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, EXARADOS POR MEIO DOS ACÓRDÃOS Nº 1.827/2008 E 1.828/2008 AMBOS EM SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DE 27/08/2008 ONDE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISG DEVEM ATENTAR PARA AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES:

DA REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E PREÇOS

- REPACTUAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE NOVO ACORDO, DISSÍDIO OU CONVENÇÃO COLETIVA, É UM DIREITO DO CONTRATADO, COM BASE NO ART. 37, INCISO XXI DA CF E DOS ARTIGOS 40, INCISO XI E 50, INCISO III DA LEI Nº 8.666/93.

- OS EFEITOS DA REPACTUAÇÃO DEVEM RETROCEDER À DATA DO FATO GERADOR (NOVO ACORDO, DISSÍDIO OU CONVENÇÃO COLETIVA), DESDE QUE ESTEJA NA VIGÊNCIA DO CONTRATO, ISTO É, NÃO TENHA HAVIDO PRORROGAÇÃO, CASO EM QUE O CONTRATADO ACEITA A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO, DANDO CAUSA À PRECLUSÃO CONSUMATIVA DO DIREITO.

DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

- OS EDITAIS E CONTRATOS DEVEM ESTABELECEER UM PRAZO (SUGESTÃO: 1 MÊS), CONTADO DA DATA DA OCORRÊNCIA DO SEU FATO GERADOR (RATIFICAÇÃO DO NOVO ACORDO, DISSÍDIO OU CONVENÇÃO COLETIVA), PARA QUE O CONTRATADO EXERÇA O SEU DIREITO À REPACTUAÇÃO, SOB PENA DE PRECLUSÃO DOS SEUS EFEITOS RETROATIVOS, FAZENDO COM QUE OS EFEITOS FINANCEIROS DA REPACTUAÇÃO PASSEM A VALER APENAS A PARTIR DA DATA DO PEDIDO.

- A RENOVAÇÃO CONTRATUAL NÃO É UM DIREITO DO CONTRATADO, JÁ QUE OBJETIVA A OBTENÇÃO DE PREÇOS E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO (ART. 57, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93).

- OS EDITAIS E CONTRATOS DEVEM PREVER REGRA ESTABELECENDO QUE, NAS EVENTUAIS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS, OS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS (EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS) JÁ PAGOS OU AMORTIZADOS NO PRIMEIRO ANO DA CONTRATAÇÃO DEVERÃO SER ELIMINADOS COMO CONDIÇÃO PARA A RENOVAÇÃO;

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

- DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ VERIFICAR A OCORRÊNCIA DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E SOLICITAR O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO (A QUALQUER TEMPO), E A RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS NO CASO DE TER OCORRIDO REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS.

- O ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE DEVERÁ CONFERIR AINDA SE TODOS OS SERVIÇOS E ATIVIDADES CONTRATADAS ESTÃO SENDO EXECUTADOS CONFORME FORAM ESPECIFICADOS NO EDITAL, E SE OS EVENTUAIS ADICIONAIS CONCEDIDOS (INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE OU NOTURNO) ESTÃO INCIDINDO APENAS EM RELAÇÃO ÀQUELAS CATEGORIAS E PROFISSIONAIS QUE EFETIVAMENTE FAZEM JUZ AO DIREITO.

ATC,

SUSTENTAÇÃO NORMATIVA
DLGS/SLTI-MP

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) ACÓRDÃOS TCU 1276/2008 E 1688/2008 – SUPRIMENTO DE FUNDOS

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a Mensagem SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/0955096, de 22/08/08, da CCONT/STN
DO CH 7ª ICFEX
AOS SRS OD UG VINCULADAS

PREZADOS USUÁRIOS,

INFORMAMOS A V. SA. QUE ESTA DISPONIVEL NO SITE DO TCU [HTTP://CONTAS.TCU.GOV.BR/PORTALTEXTUAL/MOSTRADOCUMENTO?QN=1&DOC=1&DPP=20&P=0](http://CONTAS.TCU.GOV.BR/PORTALTEXTUAL/MOSTRADOCUMENTO?QN=1&DOC=1&DPP=20&P=0), OS ACÓRDÃOS 1276/2008 E 1688/2008 QUE TRATAM DE SUPRIMENTO DE FUNDOS E A UTILIZAZAO DE CARTAO CORPORATIVO DO GOVERNO FEDERAL.

ATENCIOSAMENTE,
CCONT/STN

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes

4) Consulta contrato NÃO-SISG no acesso livre do COMPRASNET

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAG abaixo:

MSG SIAG 050750, de 09/12/2008 - EMISSORA: 200999
DA: DLSG/SLTI - DF

SENHORES USUÁRIOS,

LEVAMOS AO CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS QUE A SECRETARIA DE LOGISTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SLTI, POR INTERMEDIO DO DEPARTAMENTO DE LOGISTICA E SERVIÇOS GERAIS - DLSG, QUE ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR A FUNCIONALIDADE CONSULTA CONTRATO NÃO-SISG (SISTEMA INTEGRADO DE SERVIÇOS GERAIS), QUE PERMITIRA CONSULTAR O EXTRATO DO CONTRATO REGISTRADO POR UMA UNIDADE NÃO INTEGRANTE DO SISG.

A FUNCIONALIDADE ESTARÁ DISPONIVEL NO ACESSO LIVRE DO COMPRASNET, CONSULTA, EXTRATO DE CONTRATOS, NA OPÇÃO CONTRATO NÃO-SISG, INFORMAR A UF E ÓRGÃO OU CÓDIGO OU NOME DA UASG E CÓDIGO INTERNO DA UNIDADE, SE FOR O CASO. O PERÍODO DESEJADO DA CONSULTA E O TIPO DO CONTRATO DESEJADO. SOLICITAMOS NÃO INFORMAR TEMPO SUPERIOR A 12 MESES, VISANDO UMA CONSULTA MAIS ÁGIL.

ESTA CONSULTA ESPELHA O EXTRATO DO CONTRATO, OU SEJA, AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES, TAIS COMO: Nº/ANO DO CONTRATO, DATA DE PUBLICAÇÃO, LICITAÇÃO Nº/ANO QUE ORIGINOU O CONTRATO, PROCESSO, CNPJ/RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO, OBJETO, FUNDAMENTO LEGAL, VALOR GLOBAL, VIGÊNCIA, DATA DE ASSINATURA, ETC.

INFORMAMOS AINDA QUE PODERÃO SER TAMBÉM CONSULTADOS OS EXTRATOS DE CONTRATOS DOS ÓRGÃOS SISG, NO ACESSO LIVRE DO COMPRASNET.

ATENCIOSAMENTE,
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

5) Recomendações e Determinações do (TCU)

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2009/0026641, de 06/JAN/09, da SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. POR SOLICITAÇÃO DA DIRETORIA DE AUDITORIA, ESTA SECRETARIA RESOLVE DIFUNDIR ÀS UNIDADES GESTORAS (UG) DO COMANDO DO EXÉRCITO AS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), CONTIDAS NO ACÓRDÃO 3036-PLENÁRIO, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008, NA FORMA QUE SEGUE.

A. AO COMANDO DO EXÉRCITO RECOMENDOU QUE:

1) ADOTE COMO BASE, NAS FUTURAS LICITAÇÕES, AO ESTIMAR O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS A SEREM ADQUIRIDOS, O PREÇO MÉDIO DA DISTRIBUIDORA ACRESCIDO DA ESTIMATIVA DO VALOR DO FRETE; E

2) AVALIE, EM SE TRATANDO DE LICITAÇÃO COM FORNECIMENTO DE BEM OU SERVIÇO EM ÂMBITO NACIONAL, A CONVENIÊNCIA DE REALIZAR O CERTAME EM BRASÍLIA.

B. AO COMANDO DO EXÉRCITO DETERMINOU QUE, EM FUTURAS LICITAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE FROTA:

1) ABSTENHA-SE DE ADOTAR COMO REFERÊNCIA PARA A LICITAÇÃO O PREÇO MÉDIO AO CONSUMIDOR INDICADO NAS TABELAS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO-ANP, TENDO EM VISTA QUE O COMBUSTÍVEL PODERÁ SER ADQUIRIDO DIRETAMENTE DAS DISTRIBUIDORAS; E

2) INCLUA NO PROCESSO LICITATÓRIO A JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA TAL, A NECESSIDADE DE APROVEITAR MELHOR AS POTENCIALIDADES DO MERCADO E A POSSÍVEL AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME, SEM PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA (SÚMULA TCU 247; LEI 8.666/93, ART 8º C/C 23, §§ 1º E 2º).

2. CONSIDERANDO TRATAR-SE DE JURISPRUDÊNCIA DO TCU NA APRECIAÇÃO DE CASO OCORRIDO NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE, ESTA SECRETARIA RECOMENDA AOS OD A FIEL OBSERVÂNCIA DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ACIMA TRANSCRITAS.

BRASÍLIA - DF, 06 DE JANEIRO DE 2009.

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
RESP P/ SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

6) Alteração na Portaria Nº 17-SEF, DE 25 Out 06

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/1418169, de 04/1208, da SEF

AO SR ORDENADOR DE DESPESAS

ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 17-SEF, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006.

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE ALTERAÇÃO DE PORTARIA.

2. INFORMO-VOS QUE A PORTARIA Nº 022-SEF, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2008, PUBLICADA NO BOLETIM DE EXÉRCITO Nº 47/2008, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008 ALTEROU O § 3º, DO ART. 16 DA PORTARIA Nº 017-SEF, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006, QUE PASSOU A VIGORAR COM O SEGUINTE TEXTO:

"ART 16

§ 3º UMA CÓPIA DO TERMO DE CONTRATO E DE SEUS ADITIVOS DEVERÁ SER ARQUIVADA NA SEÇÃO DE CONFORMIDADE DOS REGISTROS DE GESTÃO DA UG, FICANDO À DISPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO."

3. EM CONSEQUÊNCIA, AS UG NÃO PRECISAM MAIS REMETER CÓPIAS DOS TERMOS DE CONTRATO DE RECEITA E DE SEUS ADITIVOS PARA ESTA DIRETORIA.

BRASÍLIA-DF, 04 DE DEZEMBRO DE 2008

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

e. Pessoal

1) Solicitação de Fichas Financeiras

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2009/0026897, de 06/01/09, do CPEx

DO SUBCHEFE DO CPEx

AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

MSG NR 001 - SEC JUR, DE 05 JAN 09 (CIRCULAR)

VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE SOLICITAÇÃO DE FICHAS FINANCEIRAS.

INCUMBIU-ME O CHEFE DO CPEx DE INFORMAR A TODAS AS UG QUE SOMENTE ESTÃO DISPONÍVEIS NO BANCO DE DADOS DESTA CENTRO DE PAGAMENTO AS FICHAS FINANCEIRAS CORRESPONDENTES A PERÍODOS POSTERIORES A JANEIRO DE 1989.

CABE SALIENTAR QUE, A FIM DE DAR CELERIDADE AAS REQUISITOS DE FICHAS FINANCEIRAS POR INTERMÉDIO DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS ÓRGÃOS DE DEFESA DA UNIÃO, E, TAMBÉM, PARA ATENDER SOLICITAÇÃO DOS MILITARES DA ATIVA, INATIVOS E PENSIONISTAS, RATIFICO O CONTEÚDO DA MSG SIAFI Nº 2005/0471960(CIRCULAR, DE 28 DE ABRIL DE 2005), INFORMANDO QUE O CPEx FRANQUEOU AAS ASSESSORIAS JURÍDICAS DOS COMANDOS DAS REGIÕES MILITARES, A CONTAR DE ABRIL DE 2005, O ACESSO AO BANCO DE DADOS DAS FICHAS FINANCEIRAS DE TODO O PESSOAL VINCULADO AO SISTEMA DE PAGAMENTO, E, AINDA, QUE, PARA RESPONDER AAS REQUISITOS DE FICHAS FINANCEIRAS REFERENTES A PERÍODOS ANTERIORES AO ANO DE 1989, AS UG DEVEM UTILIZAR COMO PARÂMETRO OS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS DOS INTERESSADOS.

BRASÍLIA, DF, 5 DE JANEIRO DE 2009

JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA - TEN CEL
RESP. P/ SUBCHEFE DO CPEx

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Exame de Pagamento de Pessoal

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/1375593, de 26/11/08, do CPEx

DO OD DO CPEx

AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: PORT 008 -SEF – 06 DE MAIO DE 2008

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE O EXAME DE PAGAMENTO DE PESSOAL.

2. O EXAME DE PAGAMENTO DE PESSOAL ESTA NORMATIZADO NO AMBITO DO EXERCITO PELA PORT 008-SEF-06 DE MAIO DE 2008 E TEM COMO OBJETIVO CONTROLAR E FISCALIZAR A ATIVIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL, POR MEIO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELO CPEx E PELA VERIFICACAO DA CORRECAO DOS DADOS CONSTANTES DOS ARQUIVOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS (UG) / ORGAOS PAGADORES (OP) CONSIDERANDO A LEGISLACAO E OS FATOS GERADORES DE DIREITOS E DE OBRIGACOES REFERENTES A REMUNERACAO.

3. EM FACE DO EXPOSTO ESTE CENTRO DESTACA OS SEGUINTES TOPICOS DA PRESENTE PORTARIA QUE FORAM OBJETO DE VERIFICACAO DURANTE VISITAS DE ORIENTACAO TECNICA (VOT) DA SEF NO CORRENTE ANO;

A) A ESCOLHA DOS SERVIDORES CIVIS, DOS MILITARES E DOS PENSIONISTAS CIVIS E MILITARES QUE TERAOS SEUS CONTRACHEQUES EXAMINADOS DE ACORDO COM OS PARAGRAFOS 2 E 3 DO ART 4º, E ATRIBUICAO INDELEGAVEL DO ORDENADOR DE DESPESAS E SEGUIRA CRITERIOS PESSOAIS SENDO VEDADA QUALQUER ESCALA (4 DO ART 4º)

B) A REMESSA DO RELATORIO DE EXAME DE PAGAMENTO PARA A ICFEX DE VINCULACAO DEVERA SER REALIZADA JUNTAMENTE COM O RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS MENSAL (RPCM). (ANEXO A).

BRASILIA, DF, 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

JOAO ALBERTO REDONDO SANTANA – TEN CEL
ORDENADOR DE DESPESAS DO CPEx”

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Pagamento de Ajuda de Custo, Indenização Transporte, Diárias e Passagem

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/0070761, de 13/01/09, do DGP

DO: CHEFE DA DIORFA/DGP

AO: SR ORDENADOR DE DESPESAS

1. A FIM DE FORNECER, COM A UTILIZAÇÃO DE CONSULTAS DO SIAFI GERENCIAL, DADOS NECESSÁRIOS PARA O BANCO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E GERENCIAL DO MD (BIEG), OS PAGAMENTOS DE DESPESAS RELATIVAS À DESLOCAMENTO A SERVIÇO (DÍARIAS E PASSAGENS) E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL (AJUDA DE CUSTO E INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE), NÃO PODERÃO SER EFETUADOS POR INTERMÉDIO DE LISTA DE CREDOR. NO ENTANTO, PODERÁ SER UTILIZADA A TRANSAÇÃO "ATULOB" (ATUALIZA LISTA DE OB) DO SIAFI, OU SER EFETUADO O PAGAMENTO ATRAVÉS DE ORDEM BANCÁRIA INDIVIDUAL.

2. OS PAGAMENTOS REFERENTES A AJUDA DE CUSTO E INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE PARA UM MESMO FAVORECIDO DEVERÃO SER DISTINTOS, (SEPARADOS), UMA ORDEM BANCÁRIA (OB) PARA CADA DIREITO REMUNERATÓRIO SUPRACITADO, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

EX: 1 (UMA) OB PARA AJUDA DE CUSTO;
1 (UMA) OB PARA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE.

3. O CAMPO OBSERVAÇÃO DEVERÁ SER INICIADO COM O TEXTO REFERENTE AO PAGAMENTO A SER EFETUADO CONFORME EXEMPLOS ABAIXO:

EX: - AJUDA DE CUSTO: PG MAPAS Nº 176/NC Nº 184/COTA DCEM;
- INDZ TRNP: PG MAPAS Nº 178/NC Nº 190/COTA DCEM.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS PERTINENTES DEVERÃO SER COMPLE

RONALDO LOBATO POSADA - CEL
CHEFE DA DIORFA/DGP

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno

1) Recursos – Gestão Deficiente pelo OD – Procedimento

Conforme tratado na última Reunião de Grandes Comandos Administrativos, quando as UG solicitarem recursos à DGO e for detectada a Gestão Deficiente de Recursos, aquela Diretoria informará tal fato ao respectivo Comando de Região Militar.

São enquadradas, por exemplo, como Gestão Deficiente: vazamentos de água não detectados com tempestividade, utilização indiscriminada de telefones (fixo e celular), contratos anti-econômicos ou ultrapassagem da demanda contratada (energia elétrica) e falta da implantação de medidas de controle das despesas.

Em consequência, os OD atentem para a gestão administrativa da sua Unidade a fim de exercê-la com eficiência, conforme preceitua o Art. 37 da CF/88.

2) Aquisição de Viaturas Administrativas – Transcrição

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/1138129, de 03 Out 08

DO: DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

AOS: SRS ORDENADORES DE DESPESAS E CH DE ICFEX

REFERÊNCIA: OF Nº 305-D LOG/D MNT DE 24 SET 08.

1. INCUMBIU-ME O SR SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DE INFORMAR A ESSA UG QUE FOI RECEBIDO PELA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS O DOCUMENTO CITADO NA REFERÊNCIA, COM AS SEGUINTE CONSIDERAÇÕES:

"A. ENCONTRAM-SE EM PROCESSO FINAL DE REVISÃO, NA DIRETORIA DE MANUTENÇÃO, AS 'NORMAS ADMINISTRATIVAS RELATIVAS AOS VEÍCULOS DO EXÉRCITO (NARVE)', QUE SUBSTITUIRÃO AS QUE ESTÃO ATUALMENTE EM VIGOR;

B. NESSE ÍTERIM, DIVERSAS OM VÊM REALIZANDO AQUISIÇÕES DE VIATURAS COM RECURSOS PRÓPRIOS, MUITAS VEZES EM DESACORDO COM O QUE PREVÊ A PORTARIA Nº 13/DMB, DE 8 DE JUNHO DE 2000, QUE TRATA DA DOTAÇÃO DE VIATURAS ADMINISTRATIVAS PELAS OM DO EB;

C. ALGUMAS DAS VIATURAS ADQUIRIDAS DIRETAMENTE PELAS OM, INCLUSIVE, NÃO ATENDEM AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA CADEIA LOGÍSTICA NO QUE SE REFERE AO PADRÃO DE UTILIZAÇÃO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, À AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTO E À GARANTIA DO PRODUTO;

D. AS CIRCUNSTÂNCIAS ANTERIORMENTE APRESENTADAS VÊM GERANDO ALGUNS PROBLEMAS A ESTE DEPARTAMENTO QUE, EVENTUALMENTE, SE VÊ OBRIGADO A REDISTRIBUIR VIATURAS ADQUIRIDAS DE MODO IMPRÓPRIO, DE FORMA A ATENDER AS CONVENIÊNCIAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO."

2. EM FACE DO EXPOSTO, INFORMO-VOS QUE ANTES DE INICIAREM O PROCESSO PARA A AQUISIÇÃO DE VIATURAS ADMINISTRATIVAS COM RECURSO PRÓPRIOS, ESSA UG DEVERÁ CONSULTAR O DEPARTAMENTO LOGÍSTICO SOBRE O ASSUNTO.

3. APÓS RECEBIDA A AUTORIZAÇÃO DO D LOG RELATIVA À AQUISIÇÃO DA VIATURA, A UG DEVERÁ ENCAMINHAR A SOLICITAÇÃO DO CRÉDITO À SGFEX/DGO, INFORMANDO SOBRE A AUTORIZAÇÃO RECEBIDA.

BRASÍLIA, 3 DE OUTUBRO DE 2008

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) CNPJ – Alteração de Responsáveis

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/1130175, de 03 Out 08, do DGO

DO: DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

AO: SR ORDENADOR DE DESPESAS

MSG Nº 036 - SSEÇ PLJ COOR/SGS/DGO, DE 03 OUT 08.

1. ESTA DIRETORIA INFORMA QUE TODAS AS UG QUE POSSUEM CNPJ PRÓPRIO (MATRIZ E FILIAL) DEVEM, SEMPRE QUE OCORRER A TROCA DE COMANDO, PROCEDER A ALTERAÇÃO DO REGISTRO DE RESPONSÁVEL PELO CNPJ DA UG NO PROGRAMA DA RECEITA FEDERAL, UTILIZANDO O CÓDIGO 202 (ALTERAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ).

2. INFORMO-VOS, AINDA, QUE A REFERIDA ORIENTAÇÃO CONSTARÁ DO CAPÍTULO VIII - ANEXOS, DA ORIENTAÇÃO AOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O EMPREGO DOS RECURSOS DA AÇÃO 2000 DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO.

BRASÍLIA-DF, 03 OUT 2008.

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

4) Recursos recebidos para pagamento de Alvará Judicial

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/1445574, de 10 Dez 08

DO CHEFE DO CPEX

AOS SRS ORDENADORES DE DESPESAS

- ESTE CENTRO RECOMENDA QUE AS UG DEVEM, COM RELACAO AO PAGAMENTO DE ALVARÁ JUDICIAL, ADOTAR PROCEDIMENTO SEMELHANTE AO PRECONIZADO NA LETRA "F." DO ITEM 5 DE INCONSISTENCIA BANCARIA, PREVISTO NA NOTA INFORMATIVA NR 337/CPEX, DE 27 FEV 08, NOS SEGUINTE TERMOS:

- OS ALVARAS JUDICIAIS ENVIADOS VIA PF PARA A UG, E QUE NÃO TENHAM SIDO REGULARIZADOS E PAGOS NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, DEVERÃO SER DEVOLVIDOS A ESTE CENTRO DE PAGAMENTO, POR MEIO DE PF INDIVIDUALIZADA, OU SEJA, PARA CADA BENEFICIÁRIO NÃO PAGO, NA MESMA FONTE, INSCRIÇÃO E CLASSIFICACAO RECEBIDA.

BRASILIA, 10 DE DEZEMBRO DE 2008

GEN BDA ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
CHEFE DO CENTRO DE PAGAMENTO DO EXERCITO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

3. Soluções de Consultas**a. Adicional de Habilitação, desconto do FuSEx e Pensão Militar, de militares do EST**

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of Nº 366-Asse Jur-08 (A1/SEF), de 23 Dez 08, da SEF.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u> - A consulta versa sobre adicional de habilitação, pensão militar e FuSEx, relativos aos militares do Estágio de Serviço Técnico (EST).	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u> - A matéria encontra-se publicada no anexo “A”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

b. Responsabilidade previdenciária solidária

UG de Origem	Documento de Resposta
2º Gpt E	Ofício Nº 129 – A/2, de 23 Out 08.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u> - A consulta versa sobre responsabilidade previdenciária solidária.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u> - A matéria encontra-se publicada no Anexo “F”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

c. Indenização de Transporte

UG de Origem	Documento de Resposta
1º BIS	Ofício Nº 348 – Asse Jur – 08 (A1/SEF), de 27 Nov 08.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u> - A consulta versa sobre direito ao transporte de militar licenciado por término de tempo de serviço, por ter declarado residência em outra guarnição e, ainda, como se processa a verificação do transporte.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u> - A matéria foi publicada no endereço: http://intranet.sef.eb.mil.br/intranet/assessoria1/oficio.htm	

d. Desconto de Pensão Alimentícia

UG de Origem	Documento de Resposta
DEC	Ofício Nº 055 (Urgente) – Asse Jur – 08 (A1/SEF), de 25 Mar 08.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u> - Indagação sobre a inclusão ou não do adicional natalino na base de cálculo para cômputo da pensão alimentícia.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u> - A matéria foi publicada no endereço: http://intranet.sef.eb.mil.br/intranet/assessoria1/oficio.htm	

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 15	
----------	---	--------	--

e. Diária de asilados

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Ofício Nº 002 – Asse Jur - 09 (A1/SEF) e ainda o Parecer nº 002/AJ/SEF, de 22 Jan 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre diária de asilado	
ONDE ENCONTRAR: - A matéria encontra-se publicada no Anexo “C”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

f. Pensão militar a menor sob guarda

UG de Origem	Documento de Resposta
12ª ICFEx	Ofício Nº 297 – A1/SEF, de 10 Out 08.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - Manifestando discordância quanto a entendimento anterior exposto pela SEF, que entendia cabível o deferimento de Pensão Militar a menor sob guarda.	
ONDE ENCONTRAR: - A matéria foi publicada no endereço: http://intranet.sef.eb.mil.br/intranet/assessoria1/oficio.htm	

g. Descentralização de recursos para segurança da obra relativa a integração do rio São Francisco

- A matéria encontra-se publicada no Anexo “B”, da coletânea de anexos ao presente BINFO.

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
Portaria nº 226-DGP, de 24 Set 08. Aprova as Instruções Reguladoras da Assistência para o Atendimento aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais – IR 30-53. (Revoga a Portaria 141 DGP, de 10.07.2007 que revogou a Portaria 021 DSG, de 29.11. 1996 - IR 70-23)	BE nº 040 de 03 Outubro de 2008	Tomar conhecimento

b. Orientações

- Preenchimento do Campo Numérico Original CV/CR/TP

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a Mensagem SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/1342165, de 19/11/08, da CCONT/STN

“INFORMAMOS QUE FOI IDENTIFICADO QUE NO MOMENTO DA EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO O CAMPO NUMERICO ORIGINAL CV/CR/CT ESTA SENDO PREENCHIDO DE FORMA INDEVIDA, SEM SER OBSERVADA A FINALIDADE DO CAMPO, PORTANTO, ESCLARECEMOS QUE ESSE CAMPO NUM ORIGINAL CV/CR/TP DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE A IDENTIFICACAO DE TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS (CONVENIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, ACORDO DE COOPERACAO TECNICA E TERMO COMPROMISSO) NO AMBITO DO SIAFI PARA CADA UG E DEVERA SER PREENCHIDO CONFORME ESTABELECIDO NAS REGRAS DA MACRO FUNÇÃO SIAFI 02.03.07 (VEJA MANUAL SIAFI WEB PAGINA 46 E SEGUINTE NA VERSAO EM PDF).

O PREENCHIMENTO CORRETO DO CAMPO EVITARA PROBLEMAS NO MOMENTO DA VINCULACAO DA NOTA DE EMPENHO AO CADASTRO DA TRANSFERENCIA VOLUNTARIA.

ATENCIOSSAMENTE
CCONT/STN”

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

- Controle Patrimonial

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a Mensagem SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/1284694, de 06/11/08, da D CONT

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AOS: SRS CHEFES DE ICFEX

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE PROCEDIMENTO A SEREM ADOTADOS PELAS UG VINCULADAS A ESSA ICFEX COM RELAÇÃO AO CONTROLE PATRIMONIAL.
2. VISANDO A PADRONIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE PATRIMONIAL EXECUTADO PELAS DIVERSAS UG VINCULADAS A ESSA INSPEÇÃO, SOLICITO-VOS ORIENTA-LAS NO SENTIDO DE REGISTRAREM SUA MOVIMENTAÇÕES DE ESTOQUE (RMA E RMB) NO SISTEMA DE CONTROLE FÍSICO (SISCOFIS).
3. OS RELATÓRIOS GERADOS PELO SISCOFIS (RMA RMB) DEVERÃO SER APRECIADOS NA REUNIÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL, NOS MOLDES DO QUE PRECONIZA O ART 15, DA PORT 009-SEF, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1999; OCASIÃO EM QUE SERÃO COMPATIBILIZADOS COM OS RESPECTIVOS SALDOS CONTÁBEIS GERADOS PELO SIAFI.
4. OS RELATÓRIOS EM COMENTO, UMA VEZ APROVADOS PELO OD, SERÃO ARQUIVADOS NA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, OU SEÇÃO EQUIVALENTE (SUPORTE DOCUMENTAL), CONFORME ITEM 4.18.2 DO ROTEIRO PARA A EXECUÇÃO DA CONFORMIDADE DE SUPORTE DOCUMENTAL, E CONSTARÃO DE SEU VERSO AS OBSERVAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS.
5. É IMPERIOSO QUE OS OD DE SUAS UG DE VINCULAÇÃO ADOTEM ESTES PROCEDIMENTOS AINDA NO CORRENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO.
6. PARA QUAISQUER ESCLARECIMENTOS, PROCURAR A SEÇÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL DESTA DIRETORIA POR MEIO DO TELEFONE (61) 3317-3554 – CEL VENÂNCIO OU PELO RITEX 850-3570.

BRASÍLIA, DF, 6 DE NOVEMBRO DE 2008

GEN DIV MARIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

- CPGF – Orientações Complementares

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a Mensagem SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/1459734 de 12/DEZ/08, desta Inspeção**DO CH DA 7ª ICFeX****AOS SRS OD UG VINCULADAS**

XXX MSG CIRCULAR Nº 223/2008 - S/3 XXX

RETRANSMISSÃO DA MSG Nº 2008/1431989 - D CONT, DE 08/12/08, PARA FINS DE CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS:

XX

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE**AO:** SR CH DE ICFeX

RETRANSMITO A MENSAGEM NR 050602/DLSG/SIASG/DF ABAIXO:

"SENHORES DIRIGENTES,

VISANDO ATENDER AO ACÓRDÃO TCU Nº 1276/2008 - PLENÁRIO, A RESPEITO DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, O BANCO DO BRASIL, POR MEIO DA CARTA DICAR (DF)2008/00457, PRESTOU OS SEGUINTE ESCLARECIMENTOS:

- PARA CONTROLAR A DATA DE VENCIMENTO DO SUPRIMENTO DE FUNDOS QUANDO SÃO CONCEDIDOS, SIMULTANEAMENTE, DOIS SUPRIMENTOS A UM MESMO SERVIDOR, O BANCO DO BRASIL SUGERE A UTILIZAÇÃO DE DOIS CARTÕES DISTINTOS PARA CADA UM DOS SUPRIMENTOS CONCEDIDOS.

O BANCO DO BRASIL INFORMA QUE NÃO HÁ MAIS RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA DO LIMITE DO CARTÃO, QUANDO O PORTADOR SOLICITA SUPRIMENTO POR MAIS DE 30 DIAS E NÃO O UTILIZA-INTEGRALMENTE-ATÉ O FECHAMENTO DA FATURA.

- O BANCO DO BRASIL ALERTA QUE OS SAQUES EFETUADOS SEM O REGISTRO ORDEM BANCÁRIA DO SIAFI, OCORREM QUANDO HÁ CADASTRAMENTO INCORRETO NO "FILTRO DE AUTORIZAÇÕES DE OUTROS ESTABELECIMENTOS" PELA UNIDADE GESTORA. É NECESSÁRIO QUE ESSA OPÇÃO SEJA ASSINALADA QUANDO NÃO FOR PERMITIDO O SAQUE. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, PROCURAR SUA AGÊNCIA DE RELACIONAMENTO DO BANCO DO BRASIL.

ATC,
SUSTENTAÇÃO NORMATIVA
DLSG/SL TI-MP"

BRASILIA-DF, 08 DE DEZEMBRO DE 2008.

RICARDO MARQUES FIGUEREDO - CEL
RESP P/ EXPT DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE

XX

RECIFE-PE, 16 DE DEZEMBRO DE 2008.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE DA 7ª ICFeX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

4. ISTO POSTO, SOLICITO-VOS A POSSIBILIDADE DE MANDAR QUE OS AGENTES RESPONSÁVEIS TOMEM CONHECIMENTO DESTA ORIENTAÇÃO, BEM COMO ADOTEM AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS, NAS LIQUIDAÇÕES DE DESPESAS COM CPGF.

RECIFE-PE, 15 DE DEZEMBRO DE 2008.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE DA 7ª ICFEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

- Operacionalização SICONV

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a Mensagem SIASG abaixo:

MENSAGEM SIASG 050815, DE 11/12/08, DA DLSG/SIASG/DF

DO CH 7ª ICFEX

SENHORES DIRIGENTES

A SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSAO GESTORA DO SICONV, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO INCISO VI, DO ART. 6º DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/CGU Nº 165, DE 20 DE JULHO DE 2008, RESOLVE PUBLICAR ORIENTACAO QUE TRATA DO ENTENDIMENTO DO § 1º, DO ART. 3º DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/CGU Nº 127, DE 29 DE MAIO DE 2008:

QUANDO DA IMPOSSIBILIDADE JUSTIFICADA DE OPERACIONALIZACAO, NO SICONV, DOS ATOS PREVISTOS NO DECRETO Nº 6.170/2007 E NA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/CGU Nº 127/2008, OS ORGAOS E ENTIDADES DEVERAO PROCEDER AA REGULAR INSTRUCAO PROCESSUAL PARA FORMALIZACAO, EXECUCAO E PRESTACAO, DEVENDO AS INFORMACOES SEREM REGISTRADAS E/OU TRANSFERIDAS POR MEIO ELETRONICO PARA O SICONV, NO MENOR PRAZO POSSIVEL.

ATENCIOSAMENTE,

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA COMISSÃO GESTORA DO SICONV

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

- Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a Mensagem SIAFI abaixo:

MENSAGEM SIAFI 2008/1458559, de 12/12/08, da D CONT

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AO: SR ORDENADOR DE DESPESAS

1. MENSAGEM VERSANDO SOBRE UTILIZAÇÃO DO CPGF.
2. DIVERSAS UG ESTÃO CONSTANDO NO CONCONTIR, EQUAÇÃO 085 SAQUES POR CARTÃO DE CRÉDITO A CLASSIFICAR. SOBRE O ASSUNTO ESTA DIRETORIA ESCLARECE:
 - A) A EQUAÇÃO DEMONSTRA QUE O GESTOR NÃO OBSERVOU OS ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA, OU SEJA, EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO;
 - B) NO MOMENTO DO SAQUE NOS CAIXAS ELETRÔNICOS, SERÁ GERADA UMA ORDEM BANCÁRIA QUE LANÇARÁ SALDO NA CONTA 1.1.2.6.8.00.00 - SAQUES POR CARTÃO DE PAGAMENTO A CLASSIFICAR, EVIDENCIANDO A FALTA DE EMPENHO E/OU LIQUIDAÇÃO;
 - C) O SALDO NA SUPRACITADA CONTA CONTÁBIL, É MOTIVO PARA A UG RECEBER RESTRIÇÃO CONTÁBIL.
3. INFORMO, AINDA QUE A LEGISLAÇÃO E MENSAGENS ORIENTAM QUE SÓ PODE SACAR NO CARTÃO DE PAGAMENTO APÓS A LIQUIDAÇÃO DO EMPENHO E DENTRO DO LIMITE EMPENHADO.
4. EM CONSEQUÊNCIA DO EXPOSTO ACIMA, CABERÁ AO ORDENADOR DE DESPESAS TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA APURAÇÃO DOS SAQUES E REGULARIZAÇÃO.

BRASILIA, DF, 12 DE DEZEMBRO DE 2008

RICARDO MARQUES FIGUEIREDO - CEL INT
DIRETOR DE CONTABILIDADE INTERINO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

- SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA UG 2009

- A matéria encontra-se publicada no Anexo “D”, da coletânea de anexos ao presente BINFO.

- Julgados e Normas do TCU de maior interesse para as UG publicados em Dez 2008

- A matéria encontra-se publicada no Anexo “E”, da coletânea de anexos ao presente BINFO.

- Mensagens Expedidas

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2009/0033451	SEF	Simpósio de Administração da UG 2009
SIAFI 2009/0033465	SEF	DIRF 2009 – ANO BASE 2008
SIAFI 2009/0033700	SEF	DIRF 2009 – ANO BASE 2008
SIAFI 2009/0095305	DIORFA/DGP	Procedimentos para Elaboração e Execução dos Plj. Ref. à Mov Pes.
SIASG 050815	DLSG/SIASG/DF	Operação SICONV
SIASG 050682	DLSG/SIASG/DF	Retransmissão MSG SIASG 050661 – DLSG/SIASG/DF, de 03/12/08.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS**Informações do tipo “Você sabia ...?”**

1. Que as movimentações de estoques (RMA e RMB) devem ser registradas no Sistema de Controle Físico – SISCOFIS?

2. Que os relatórios gerados pelo SISCOFIS (RMA e RMB) devem ser apreciados na reunião de prestação de contas mensal a fim de compatibilizá-los com os respectivos saldos contábeis gerados pelo SIAFI (art. 15 da Portaria SEF 009/99)?

3. Que os relatórios do SISCOFIS, depois de devidamente corrigidos, devem ser arquivados no Suporte Documental (item 4.18.2 do Roteiro para a execução das Conformidades de Suporte Documental)?

4. Que as instruções para a inscrição no CPF poderão ser obtidas acessando o seguinte endereço eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br/guiacontribuinte/cpfcomplemento?

5. Que as Comissões de Seleção devem cumprir o previsto no item 3.3.8, do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas, o qual prevê que os **conscritos devem obter o CPF até a data de apresentação na Seleção Complementar?**

6. Que o TCU, por meio do item 9.7 do Acórdão nº 2.136/2006-TCU-1ª Câmara, determinou que, quando da realização de licitações, seja verificado junto aos sistemas SICAF, SIASG, CNPJ e CPF (os dois últimos administrados pela Receita Federal) o quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relações de parentesco, fato que, analisado em conjunto com outras informações, poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame? (MSG SIASG nº 034922 - DLSG/SLTI-MP, DE 09 Fev 06)

7. Que o pré-empenho é a forma utilizada pelo EB quando da aquisição de bens ou serviços por outra UG?

8. Que a relação de licitantes declarados inidôneos para participarem de licitações realizadas pela Administração Pública Federal, atualizada pelo TCU em 16 Set 2008, pode ser encontrada no endereço: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/arquivos/Inidoneos.html?>

9. Que, conforme o art. 9º, da portaria 12, da SEF, de 16 Jun 2008, o o CPGF deverá ser utilizado como ferramenta para o concessão de suprimento de fundos e que somente na impossibilidade de emprego deste instrumento é que está autorizado o uso de conta tipo 'b'?

10. Que o vencimento da fatura do Cartão de Pagamento do Governo Federal é no dia 10 de cada mês e que, nesse sentido, as unidades que ainda não receberam as faturas, devem providenciá-las através do programa AASP - auto atendimento do setor público – a fim de evitar a incidência de juros/multa no caso de atraso no pagamento?

11. Que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI e do Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG, implantou o sistema de detalhamento das despesas efetuadas -SDDE/CPGF?

12. Que o novo sistema disponibiliza a todos os supridos da Administração Pública Federal, que utilizam o Cartão de Pagamento do Governo Federal, a funcionalidade para detalharem as compras ou saques realizados do suprimento de fundos disponível no referido cartão?

13. Que o manual do usuário do CPGF está disponível no endereço: publicações->manuais->cartão de pagamento, do sítio http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/CPGF_passo_a_passo.pdf?

14. Que para a solicitação de crédito para pagamento de terceiros referente a acidente envolvendo viatura militar, a UG deve proceder conforme as Instruções Gerais para indenização de danos causados a terceiros por viaturas pertencentes ao Exército (IG IO-44), podendo, para tanto, solicitar, por intermédio da Região Militar de vinculação, o adiantamento dos recursos necessários (ressarcimento do civil) à DGO/SGFEX?

15. Que as MSG SIAFI 2008/0597248, de 28/05/08, e 2008/0857649, de 30/07/08, ambas da Secretaria de Economia e Finanças, tratam também do referido tema e, nesse sentido, deverão ser observadas pelo OD?

16. Que por ocasião da incorporação dos conscritos, várias OM têm deixado de implantar, no SIAPPES, via Formulário de Implantação de Pagamento (FIP), muitos de seus recém- incorporados, em virtude de os mesmos ainda não terem o CPF ou estarem com dados irregulares junto à Receita Federal?

17. Que, em função de tal fato, o pagamento dos conscritos é solicitado por Requisição de Pagamento Complementar de Militar da Ativa (RPCMA), ocasionando acúmulo de trabalho ao CPEx, bem como eventuais atrasos no pagamento aos interessados?

18. Que a fim de evitar este procedimento, as Comissões de Seleção devem ser orientadas no sentido de que cumpram o previsto no Item 3.3.8, do Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2009, aprovado pela Portaria Normativa Nº 1.810/MD, de 18 de dezembro de 2006, o qual prevê que os conscritos devem obter o CPF até a data de apresentação na Seleção Complementar?

19. Que as instruções para a inscrição no CPF poderão ser obtidas acessando o seguinte endereço eletrônico: <http://www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuinte/cpf/default.htm>?

20. Que as receitas oriundas da fonte 33 (ressarcimento de despesas) das UG devem ser transferidas, imediatamente, em sua totalidade (100%), para a UG 167086 através PF espécie 08 e tipo 1? Exemplos de receita da fonte 33: indenização de telefonemas particulares.

21. Que os débitos com a União deverão ser atualizados de acordo com o previsto no Of nº 441-SCR.2/D Aud, 14 Set 01 e Of nº 335-SCR.2/D Aud, de 30 Set 02?

22. Que o sistema SIASG está preparado para emissão de empenho estimativo para as licitações por Registro de Preços. Caso a UG deseje “pegar carona” em pregão de outra Unidade, o empenho deverá ser emitido como ordinário, e no momento do “envia minuta de empenho”, alterar para estimativo (MSG SIAFI 2008/0274520, de 10 Mar 08 – SEF)?

23. Que o TCU determinou que, nas licitações, seja verificado junto aos sistemas SICAF, SIASG, CNPJ e CPF, estes dois últimos administrados pela Receita Federal, o quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relações de parentesco, fato que, analisado em conjunto com outras informações, poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame (item 9.6.1, TC021.203/20030, Acórdão 2.136/2006TCU 1ª Câmara; DOU de 04.08.2006)?

24. Que o usuário do SIGA que tiver o perfil de Administrador de OM deverá efetuar a conformidade do Sistema nos primeiros 10 dias de cada mês?

25. Que, caso a Conformidade não seja executada dentro do período, o sistema bloqueará e retirará todos os perfis de todos os usuários da OM?

26. Que o pessoal relacionado para trabalhar com o SISCUSTOS, deverá ser publicado em Boletim Interno?

27. Que você pode consultar o novo manual do Sistema Gerencial de Custos na tela inicial de acesso ao Sistema?

28. Que liquidação de diárias e passagens também devem ser apropriados no SIAFI com centro de custo específico?

29. Que a confecção do RMA e do RMB devem ser realizadas utilizando-se o SISCOFIS (um dos módulos do SIMATEX)?

30. Que o SISCOFIS permite a emissão de relatórios de movimento de material e a geração do Boletim Administrativo da OM?

31. Que os saldos patrimoniais do RMA e do RMB devem ser compatibilizados com os saldos do SIAFI?

32. E que todos os beneficiários da assistência pré-escolar devem preencher a ficha cadastro e a mesma deve ser publicada em BI, cumprindo o previsto no art.8º da Port 003 -DGS, de 10 fev 95?

PRECEITOS PARA OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO - Transcrição

- Transcrevem-se os Preceitos para os Agentes da Administração, os quais estão disponíveis na página eletrônica da SEF (www.sef.eb.mil.br), para ampla divulgação e aprimoramento dos conhecimentos já consagrados no âmbito da Força Terrestre, os quais deverão fazer parte do constante e imperioso aprendizado que é exigido de todos os profissionais envolvidos na gestão de recursos públicos:

1. Contabilizar no SIAFI todas as receitas arrecadadas.
2. Atender ao princípio da segregação de funções.
3. Estimular a fiscalização, a transparência, a correção dos atos e fatos administrativos e o melhor aproveitamento dos recursos alocados à UG.
4. Incentivar o aprimoramento da capacitação técnica e o comprometimento de todos os agentes.
5. Acompanhar, com efetividade, a evolução dos sistemas operacionais e aperfeiçoar os processos afetos às diversas seções.
6. Observar no documento de concessão, quando da utilização dos recursos, a finalidade do crédito e a previsão do desembolso financeiro.
7. Consultar, antes de realizar qualquer despesa, a legislação pertinente a licitações e contratos.
8. Adotar o planejamento sistemático de gastos, de modo a atender às modalidades de licitação e evitar o fracionamento da despesa.
9. Admitir a inclusão ou exclusão de dados nos formulários de pagamento, somente após a devida publicação em BI.
10. Compatibilizar os saldos das contas de movimento patrimonial no SIAFI com os constantes no Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e no Relatório de Movimentação de Bens móveis (RMB).
11. **Remeter para exame, certificação e arquivo na conformidade dos registros de gestão os documentos listados no roteiro para a execução dessa conformidade.**
12. **Observar as normas quanto a arquivamento, prazo e incineração de documentos da conformidade dos registros de gestão (MSG SIAFI 2007/1705176, de 21 dez 07, da SEF).**
13. Envidar todos os esforços para corrigir, o mais rápido possível, a ocorrência de restrição na conformidade contábil da unidade, fazendo constar o registro da providência tomada no relatório mensal do OD.
14. Instaurar processo administrativo, permitindo a ampla defesa e o contraditório, particularmente após um IPM em que tenha sido constatado débito para com a Fazenda Nacional e não tenha sido possível o ressarcimento e/ou o reconhecimento da dívida.
15. Orgulhar-se de ser um Agente da Administração do Exército Brasileiro. Conscientizar-se de ser responsável por parcela significativa da credibilidade da nossa Instituição perante a nação brasileira.

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel Int
Chefe da 7^a ICFEx

Confere com o original:

SÉRGIO RICARDO RODRIGUES DE ARAÚJO – Ten Cel Int
Subchefe da 7^a ICFEx